

Belmiro Fernandes Pereira\*

## Livros raros e raras edições de clássicos greco-latinos<sup>1</sup>

No séc. XV, começa a emergir uma cultura palaciana e laical que se materializa num inusitado interesse pela tradução de textos latinos. D. Pedro, Fr. João Verba e Vasco Fernandes de Lucena traduzem o *De Officiis*, o *De amicitia* e o *De senectute* de Cícero, o *De re militari* de Vegécio, o *De regimine principum* de Egídio Romano, o *Panegyricus* de Plínio-o-Moço, o *De ingenuis moribus* de Pier Paolo Vergerio; a pedido de D. Duarte, Alonso de Cartagena dá ainda uma versão em castelhano do *De inuentione*. Pouco a pouco, do espaço eclesiástico expande-se a cultura antiga ao mundo profano e da corte; os príncipes de Avis favorecem a difusão dos autores clássicos e esse saber – saber retórico e moral – torna-se fonte de distinção social e factor de progresso protegido e desejado. No declinar do século, é já manifesta uma nova *forma mentis* que resulta da propagação do humanismo. Restabelecida a comunicação entre a *ars recte loquendi*, orientada agora para a aquisição da *eloquentia*, e a *ars bene dicendi*, superada a fragmentação das artes do discurso, restaura-se a concepção holística da *doctrina* que distinguia o modelo quintilianista. As orações universitárias pronunciadas no Estudo Geral de Lisboa postulam essa unidade sob a égide da gramática, *origo et fundamentum omnium*

---

\* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>1</sup> Este estudo foi apresentado no Colóquio “Livros impressos e leituras em Portugal no séc. XVI”, organizado por grupos de investigação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e que decorreu na Biblioteca Pública Municipal do Porto nos dias 5 e 6 de Maio de 2006.

*liberalium artium*<sup>2</sup>. Era a gramática para Quintiliano a ciência de falar e escrever correctamente, de ler e interpretar os autores, conhecimento enciclopédico que a relacionava com a retórica mas igualmente com a métrica, a música, a astronomia, a filosofia<sup>3</sup>.

Ora, se à *recte loquendi scientia* tinham subtraído os gramáticos tardios a *poetarum enarratio* e se fora essa versão incompleta, transmitida por Santo Isidoro, que vigorara durante a Idade Média, o regresso humanista às fontes antigas, recuperando a vertente crítica da gramática, de novo lhe alargava o horizonte<sup>4</sup>. Assim, se o ensino dos humanistas visa em primeiro lugar a *eloquentia*, esta só se alcança se os preceitos forem aprendidos pela imitação. O que valida a regra já não é tanto a prescrição dos gramáticos quanto o *usus*, a prática dos autores clássicos; o escopo da gramática humanística passa a ser o de ensinar o latim dos melhores autores antigos. Mas esta empresa só seria bem sucedida, isto é, só poderia ter repercussão profunda, se ganhasse o espaço escolar, se o seu núcleo constitutivo — o acesso ao saber através da *eloquentia* — encontrasse adequada formulação pedagógica; dito de outra forma, os *studia humanitatis* só vingariam, se os seus modelos, os textos recuperados ou restaurados dos clássicos, estivessem disponíveis e se a resposta dos modernos, imprescindível a tal diálogo, fosse valorizada, estas as duas vertentes do movimento humanista que, no entender de Kristeller, identificam o Renascimento, idade nova inaugurada pelos herdeiros dos *dictatores* medievais.

A *Ars eloquentiae* atribuída a Cataldo, miscelâneas quatrocentistas que se guardam em Évora e Coimbra, a gramática de Estêvão Cavaleiro testemunham quer o esforço laborioso de dotar as classes de novos instrumentos pedagógicos, quer um inegável interesse pela arte retórica que adquire maior importância no magistério gramatical. No último quartel do séc. XV começou esse alargamento do horizonte com a vulgarização do livro e da escrita<sup>5</sup>. A aprendizagem do latim orienta-se agora para a exercitação das várias realizações elegantes. Ainda que de forma incipiente, nas artes de Cataldo, João Vaz e Cavaleiro ressurgem o método

2 Uma velha ideia sempre repetida mas da qual não se retiravam todas as consequências, cf. Cassiodoro, *Inst.* 2.4; Santo Isidoro de Sevilha, *Orig.* 1.5; Rábano Mauro, *De inst. cler.* 3, 18; João de Salisbúria, *Metalog.* 1.13.

3 Vd. *Institutio Oratoria* 1.4.4-5.

4 Em Santo Isidoro não é apenas o *intellectus poetarum* que desaparece mas também a dimensão escritural da arte, a *scribendi ratio*, vd. *Orig.* 1.5.1.

5 Vd. D.P. ABBOTT, «Rhetoric and writing in the Renaissance», in J. MURPHY (ed.), *A Short History of Writing Instruction*, Lawrence Erlbaum Associates, Mahwah (NJ) 2001, pp. 145-172.

preconizado pelos *Praeexercitamenta* de Hermógenes difundidos por Prisciano: na reformulação de um texto, no desenvolvimento de uma *sententia* ou de uma *chria*, o princípio fundamental é a *uariatio*, a arte de dizer de várias maneiras a mesma coisa, condição indispensável para o uso do *iudicium* numa retórica do *ethos*. A primazia concedida ao *usus*, em detrimento da *praeceptio*, favorece a formação da consciência histórica e o desenvolvimento da noção de identidade pessoal. Por isso a questão dos *genera dicendi*, do *aptum*, afinal o problema da imitação, se transforma num dos debates centrais no humanismo renascentista. Nos discursos em louvor de todas as ciências, por exemplo, nas *orationes* de D. Pedro de Meneses, André de Resende e Jerónimo Cardoso, passa a gramática a englobar todos os conhecimentos indispensáveis à composição e à crítica, competências que, valorizando a *scribendi ratio*, configuram um novo tipo de homem douto, próprio de uma sociedade letrada em que a escrita e a leitura, por via do livro impresso, substituem anteriores formas de comunicação<sup>6</sup>.

A difusão do humanismo, que o leva das cortes e palácios às escolas e universidades, não deixou de acompanhar o processo de institucionalização do próprio ensino. A escola torna-se 'instituição', estrutura parcial da sociedade, que desempenha uma função específica e possui certas normas, a fim de realizar ao longo de várias gerações objectivos explícitos que a tornam conhecida e aceite<sup>7</sup>. O que se diz do ensino, de certo modo pode aplicar-se também à arte da imprimissão, ao comércio livreiro, à organização de bibliotecas. Uma manifestação eloquente dessa institucionalização dos estudos encontra-se na fachada plateresca da Universidade de Salamanca: ali, a circundar o medalhão que representa os Reis Católicos, está escrito em grego: *oi basileis te enkyklopaideia, aute tois basileusi* «os Reis à Universidade, esta aos reis».

Entre nós, não foi de forma diversa que o humanismo se desenvolveu. A D. João II, o rei que fazia e desfazia marqueses e duques, convinha esta nova cultura: enquanto factor de distinção social, não só servia para afirmar o poder régio, como legitimava uma nova nobreza levantada sobre a velha. Por isso D. João II

<sup>6</sup> Sobre a prática e a teoria da *leitura* humanista, considerada enquanto fundamento de toda a produção textual, vd. E. RUMMEL, *Humanistic-Scholastic Debate in the Renaissance and Reformation*, Harvard University Press, Cambridge (Mass.) 1995; K. MEERHOFF (ed.), *Autour de Ramus: texte, théorie*, Nuit blanche, Québec 1997, pp. 235-387; K. MEERHOFF, «La passion du sujet: entre logique et littérature», in F. CORNILLIAT (ed.), *Ethos et pathos: le statut du sujet rhétorique*, Honoré Champion Éditeur, Paris 2000, pp. 107-118.

<sup>7</sup> Retomo a descrição de Alain Birou discutida por Armindo de SOUSA em *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, INIC, Porto 1990, vol. I, pp. 84-85.

trouxe Cataldo para Portugal e enviou bolseiros para Itália e Diogo de Gouveia para Paris. Também por isso, à rainha D. Leonor muito ficou a dever a expansão da imprensa. Chegam as figuras maiores da tipografia portuguesa, os alemães Valentim Fernandes, Nicolau da Saxónia e Hermam de Campos, o italiano João Pedro Buonhomini de Cremona, o francês Germão Galharde. A partir de 1500, com a publicação das *Epistolae et Orationes* de Cataldo, a tipografia portuguesa coloca-se ao serviço do humanismo. É verdade que a produção editorial se dirigia sobretudo ao livro devoto e litúrgico, mas outro tanto sucedia em toda a parte. O interesse de D. Leonor pelos livros está bem documentado; pelo inventário dos volumes que legou ao Mosteiro da Madre de Deus, sabe-se que na livraria da *rainha velha* prevaleciam as obras de devoção e teologia, no entanto havia aí também duas dezenas de títulos de literatura profana, alguns escritores antigos e meia dúzia de autores dos sécs. XV e XVI<sup>8</sup>. No tempo de D. Manuel, na livraria real, os clássicos e os Padres da Igreja ganharão mais relevo: Tito Lívio, Salústio, Virgílio, Ovídio, Plutarco, Flávio Josefo, Justino, São João Clímaco, São Gregório Magno, São Jerónimo, Santo Agostinho<sup>9</sup>.

Na viragem do século, formara-se uma vívida consciência das mudanças em curso na vida intelectual do país, num círculo limitado, é certo, mas significativo, porque não só beneficiava da protecção régia como de possibilidades de comunicação que o integravam na *respublica litteraria*. Neste ponto se revelam concordantes os testemunhos de Estêvão Cavaleiro, Henrique Caiado e Cataldo Parísio Sículo. A correspondência do humanista italiano, apesar de omissões nada inocentes, ao retratar o ambiente cultural da corte e da alta nobreza, mostra como era considerável já o número daqueles que podiam satisfazer as novas exigências culturais. O magistério de Cataldo não se revelou inconsequente, todos os seus discípulos demonstram grande interesse por livros e pela sua difusão: D. Jorge em 1499 concedia protecção a certo Martim Vaz, primeiro livreiro de que há notícia; o conde de Alcoutim mantinha boas relações com o impressor Valentim Fernandes e D. Leonor de Noronha, sua irmã, traduzia do latim a *Cronica geral* de Marcantonio Sabelico; D. Diogo de Sousa, ainda no Porto, tinha em Rodrigo Álvares, tipógrafo e editor-livreiro, e em Juan de Porres, editor salmantino, fiéis colaboradores.

<sup>8</sup> Vd. I.V. CEPEDA, «Os livros da Rainha Dona Leonor, segundo o códice 11352 da Biblioteca Nacional de Lisboa», *Revista da Biblioteca Nacional*, 2 (1987) 51-81.

<sup>9</sup> Vd. J.M. SOUSA VITERBO, «A livraria Real, especialmente no Reinado de D. Manuel», *Historia e Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa*, NS, 2ª Classe, t. IX, parte I, (1902) 1-73.

A recepção do humanismo inicia-se, portanto, no tempo de D. João II, desenvolve-se no reinado de D. Manuel, completa-se com a política cultural de D. João III. As reformas escolares promovidas nas décadas de 1530 e 1540, a instituição de novos pólos de irradiação humanista, reclamam maior abundância de meios, indispensáveis à formação do *gentilomo* que há-de ser também *pius uir dicendi peritus*. Verifica-se, então, uma mudança de rumo: depois da influência italiana, sobretudo em razão da política de D. João III, torna-se agora o humanismo norte-europeu o nosso interlocutor principal. A vinda de mestres da área renano-flamenga, a formação parisina-lovaniense dos bolseiros régios, o acolhimento da obra de Erasmo são factores que não podem ser ignorados para se compreender a reorientação que sofrem os estudos. A repercussão das obras de Agrícola, Erasmo e Melanchthon, o acolhimento das suas doutrinas, a circulação dos manuais de Clenardo, Vaseu, Ringelberg e Trebizonda modificam equilíbrios na economia das artes, interferem no modo de entender os autores clássicos. Os processos inquisitoriais dos *bordaleses*, as edições conimbricenses de Grouchy, Ringelberg e Trebizonda testemunham a força desta corrente, sobretudo no ensino da retórica e da dialéctica. A multiplicação dos centros humanísticos, a vinda de mestres formados nas melhores escolas, o desenvolvimento da imprensa, o crescimento do mercado livreiro, a queda dos preços dos livros, a estreita ligação que se estabelece entre a arte tipográfica e o saber humanístico, todos estes factores vêm a contribuir, por meados do século, para um conhecimento da cultura clássica nunca antes alcançado. Na segunda metade de Quinhentos, o regresso da influência italiana só reforçará esta realidade<sup>10</sup>. Com o ciceronianismo jesuítico retorna uma concepção

<sup>10</sup> O *Catalogus lectionum Regii Gymnasii Conimbricensis*, elaborado a partir de informações de um dos últimos professores leigos, descreve o estado em que se encontrava o Colégio das Artes a 4 de Março de 1555, cfr. L. LUKÁCS, *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu (1540-1586)*, vol. I, (Monumenta Historica S.I., 92), Institutum Historicum Societatis Iesu, Roma 1965, pp. 644-645. Embora, por causa dos processos inquisitoriais, o quadro não fosse brilhante, mantinha-se o modelo burdigalense. Na primeira classe lia-se o *Pro Archia*, o canto IX da *Eneida* e as *Partitiones Oratoriae*; na segunda o livro I do *De inuentione*, as *Catilinárias* e o canto IV da *Eneida*; na terceira cartas de Ovídio e de Cícero; na quarta as *Epistolae ad Familiares* de Cícero e os *Tristia* de Ovídio; na quinta os *Adelphoe* de Terêncio, cartas de Cícero e a *Arte* de António; na sexta a *Andria* de Terêncio, cartas de Cícero e uns *rudimenta* gramaticais; na sétima o *Heautontimorumenos* terenciano, *epistolae* de Cícero e os *rudimenta*; na oitava a *Andria* e os *rudimenta*; na nona os *Disticha Catonis* e os *Rudimenta*; na décima os *Rudimenta*. Depois de 1555, embora Terêncio perca importância, vigorará este mesmo cânone de autores, pois no essencial o programa do Colégio das Artes coincidia com aquele que praticavam os jesuítas nos colégios de Messina, Palermo e Roma: os tratados ciceronianos e a *Eneida* nas classes mais adiantadas, as cartas de Cícero e os poemas de Ovídio nas classes mais elementares.

pedagógica orientada para a *eloquentia*. Mas, como não podia ser ignorada a lição erasmiana, nem a redescoberta de Dionísio de Halicarnasso, Demétrio de Faléron ou do Pseudo-Longino, é um outro Cícero que se propõe à imitação, o Cícero imitador de Demóstenes que combina *suauitas* e *uis oratoria*, *copia* e *emphasis*, tudo regulando pelo critério do *apte dicere*. O interesse por Horácio e Aristóteles só contribui para dar suporte teórico e espessura histórica ao renovado paradigma ciceroniano. Correspondendo às necessidades da apologética, os autores greco-latinos institucionalizam-se: a *cativa estrangeira*, os *despojos do Egipto* integram-se definitivamente na ortodoxia doutrinária; a neutralidade moral da cultura antiga convém a uma retórica militante que não hesita em tomar as armas do inimigo. Nesta perspectiva se compreenderá a história do livro greco-latino em Portugal no séc. XVI.

O cuidado filológico no uso dos textos, o teor retórico de uma formação intelectual que valoriza sobremaneira a poesia, a história, a filosofia moral foram aprendidos por dezenas de portugueses ao longo das duas últimas décadas do séc. XV; o facto de entre nós nenhum impressor se ter abalçado a publicar um autor antigo, antes de Martinho de Figueiredo dar a lume, em 1529, o seu comentário ao prólogo de Plínio segundo a lição de Poliziano, não significa que anteriormente os textos clássicos não estivessem disponíveis e, menos ainda, que não fossem apreciados. Se o humanismo fora da Itália é importado, importados seriam, naturalmente, também os instrumentos dessa nova cultura intelectual. É certo que de Roma, Veneza e Florença o negócio da edição logo se estendeu a Lyon e Paris, a Genebra e Basileia, a Antuérpia e Nuremberga, mas, exactamente por isso, mais arriscada se tornava a edição de autores antigos fora desses grandes centros<sup>11</sup>.

Foram raras em Portugal as edições de clássicos gregos e latinos ao longo do séc. XVI; algumas ficaram a dever-se justamente ao benemérito impressor do comentário de Martinho de Figueiredo<sup>12</sup>. Em 1521, Germão Galharde editara já os *Castigos e enxemplos de Catom*; deste opúsculo guarda a Biblioteca Pública

<sup>11</sup> Antes de 1660 a *Institutio Oratoria* de Quintiliano teve 27 edições em Paris, 11 em Genebra e apenas uma em Inglaterra; no mesmo período os tratados maiores da retórica ciceroniana saíram a lume 34 vezes em Veneza, mas em Inglaterra tiveram apenas quatro edições, vd. D. SHUGER, *Sacred Rhetoric*, Princeton (NJ), Princeton University Press, 1988, p. 55.

<sup>12</sup> Germão Galharde encontrava-se activo em Portugal desde 1519, vd. V. DESLANDES, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, INCM, Lisboa 1988, p. 38; A. ANSELMO, *Origens da imprensa em Portugal*, IN-CM, Lisboa 1981, p. 82.

Municipal do Porto (BPMP) um exemplar que constitui testemunho valioso da permanência de velhas práticas no ensino elementar<sup>13</sup>. Da edição dos *Libri minores* preparada por Antonio de Nebrija, onde comparecem, entre outros textos, os *Catonis disticha Moralia*, a par das *Aesopi Fabulae* e da *Paraenesis* de Isócrates (Granada, Sancho de Nebrija, 1534), há também um espécime nesta biblioteca<sup>14</sup>.

Os *Disticha Catonis* pela sua brevidade há séculos que eram muito apreciados. À roda de 1325 Albertino Mussato, no prefácio do *De obsidione*, conta como muito o importunou a guilda dos notários de Pádua para que desse forma métrica a um relato que fizera da vitória obtida sobre Cangrande della Scala. E a corporação não deixava de lhe impor condições, que o mestre atendesse à necessidade de se fazer compreender pelos seus leitores, como recomenda Catão no opúsculo que atribuem a Séneca<sup>15</sup>. Em Espanha nos sécs. XV-XVI, os *Disticha* tornaram-se um autêntico êxito editorial, conhecendo pelo menos quinze edições<sup>16</sup>. Entre nós o sucesso não terá sido menor. Os *Disticha* figuravam na biblioteca de D. Duarte, foram editados por Germão Galharde, ouviu-os D. João III em lições de Latim e, como há muito notou Costa Ramalho, deles tirou Gil Vicente nada menos do que um hexâmetro dactílico, para o pôr na boca da Forneira da tragicomédia *Triunfo do Inverno*: «Meu Senhor, *contra verbosos/ noli contendere verbis*»<sup>17</sup>. Quanto à autoria dos *Disticha*, Erasmo, que os editou, considera que apenas se dizem de Catão pelo facto de apresentarem sentenças dignas de Catão<sup>18</sup>. Em 1540 um

<sup>13</sup> Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), Y1-3-37[1]; está descrito sob o n.º 357 na *Tipografia Portuguesa do séc. XVI nas coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Câmara Municipal, Porto 2006, p. 214.

<sup>14</sup> BPMP, N-3-16.

<sup>15</sup> «Plurimum enim unumquemque delectat, quod intelligit, respuitque fastidiens, quod non apprehendit. Illud quoque Catonis, qui de moribus censuit, in exemplum adductis, quod L. Annaeo Senecae imputatur opusculum», vd. R. WITT, *In the Footsteps of the Ancients': the Origins of Humanism from Lovato to Bruni*, E.J. Brill, Leiden 2000, pp. 130-133.

<sup>16</sup> Vd. V. INFANTES, «El Catón hispánico: versiones, ediciones y transmisiones», in J.M. LUCÍA MEGÍAS (ed.), *Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Universidad de Alcalá de Henares, Alcalá de Henares 1997, II, pp. 839-846, e sobre o valor das ilustrações didácticas das portadas vd. V. INFANTES – A. MARTÍNEZ PEREIRA, «La imagen gráfica de la primera enseñanza en el siglo XVI», *Revista Complutense de Educación*, 10 (1999) 73-100.

<sup>17</sup> Vd. A. C. RAMALHO, *Estudos sobre a época do Renascimento*, IAC, Coimbra 1969, pp. 162-167.

<sup>18</sup> Vd. Praefatio in *Catonem*: «Porro cuius auctoris sit hoc opus et utrum unius an plurium, non admodum referre puto; Catonis ob id tantum arbitror dici, quod sententias habeat Catone dignas», *Opuscula aliquot Erasmo Roterodamo castigatore et interprete, [...] Libellus elegantissimus, qui*

filólogo cauteloso, sob a designação de Filerasmo, fazia imprimir em Milão os comentários do roterdamês e em 1580 ainda certo Angelo Mazza sofreria penas de ordem espiritual por guardar exemplares do *De duplici copia*, do *De conscribendis epistolis* e dos *Disticha Catonis* erasmianos<sup>19</sup>. Nas escolas protestantes da Alemanha da segunda metade de Quinhentos, estabelecia-se que aos nove anos, quando se passava ao estudo do Grego e da aritmética, a aprendizagem do Latim se devia fazer já pelas *Fábulas* de Esopo, pelo *De ciuilitate* de Erasmo e pelos *Disticha Catonis*<sup>20</sup>. A pervivência destes apotegmas também a confirma Marcel Bataillon. Foi precisamente num verso do Pseudo-Catão que encontrou um dos elos que prendem o livro II do *Guia de pecadores* de Frei Luís de Granada ao *Enchiridion* do roterdamês<sup>21</sup>.

Aos originais latinos, na verdade, parece Germão Galharde preferir as traduções: em 1522 dá a lume uma epístola de S. João Crisóstomo, em 1531 edita o *De Amicicia, paradoxas e sonho de Scipião tirado em linguagem portuguesa per Duarte de Resende*, em 1536 faz imprimir a *Tragedia delos amores de Eneas y de la Reyna Dido como los recuenta Vergilio enel quarto libro de su Eneida*. Destas edições não se conhecem exemplares na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

De facto, estranha-se que à abundância de obras humanistas não corresponda no fundo antigo desta biblioteca um número igualmente significativo de espécimes da nossa, ainda que escassa, produção editorial de textos clássicos. Não encontramos o comentário de Figueiredo ao prólogo da *História Natural*, nem as edições de Boécio (Coimbra, 1534?, Lisboa, 1592), nem as tragédias de Séneca (*Thyestes*, *Troas*, Coimbra, António de Mariz, 1559; *Hercules furens*, *Medea*, Coimbra, António de Mariz, 1560), nem as comédias de Plauto (*Aulularia*, *Captiui duo*, *Stichus*, *Trinummus*, Coimbra, João de Barreira, 1567), nem os epigramas de Marcial (Coimbra, João de Barreira, 1569), nem as *Metamorfoses*, os *Fastos*, os

---

*vulgo Cato inscribitur*, Lovaina, in aedibus Theodorici Martini Alustensis, 1514, ou *Disticha Moralia, titulo Catonis, cum scholiis auctis Erasmi Roterodami*, per Ioannem Frobenium, Basileia 1520.

<sup>19</sup> Vd. S.S. MENCHI, *Erasmus in Italia, 1520-1580*, Bollati Boringhieri, Torino 1987, pp. 270-306.

<sup>20</sup> Vd. D. KNOX, «Order, Reason and Oratory: Rhetoric in Protestant Latin Schools», *Renaissance Rhetoric*, ed. by P. MACK, St. Martin's Press, New York 1994, pp. 63-80.

<sup>21</sup> Vd. M. BATAILLON, *Erasmus en España*, FCE, Ciudad de México 21966, pp. 598-599. Um exemplar de uma edição tardia, proveniente da Livraria de S. Francisco de Xabregas, encontra-se na Bibl. Central da Marinha (Lisboa), N° 10946: *Catonis Disticha moralia, cum scholiis Des. Erasmi Rot.*, apud haered. Sebast. Gryphii, Lyon 1559.

*Tristia*, as *Epistulae ex Ponto* de Ovídio (Évora, Andres de Burgos, 1574; Lisboa, António Ribeiro, 1575), nem o *Historiarum ab urbe condita decadæ primæ liber primus* de Tito Lívio (Lisboa, Simão Lopes, 1593).

Do rudimentar *Lexicon Graecum et Hebraicum* de D. Heliodoro de Paiva (Coimbra, in monasterio Sanctae Crucis, 1532), de que dão testemunho vários bibliógrafos, não admira a ausência porque de todo se lhe perdeu o rasto, mas não se encontram também as *Institutiones* de D. Máximo de Sousa (Coimbra, 1535), nem as *Graece nominum ac uerborum inflexiones tyronum* (Coimbra, ex officina Antonii a Mariz, 1594), gramática de grego elaborada a partir do manual de Clenardo, nem algumas selectas destinadas ao ensino desta língua, por exemplo os *Aliquot opuscula graeca ex variis autoribus collecta*, (Coimbra, ex officina Antonii a Mariz, 1583).

Repetidas vezes, pelo menos em 1575, 1576 e 1591, publicaram os jesuítas em Lisboa as *Epistolae* de Cícero, singelas edições escolares livres de qualquer aparato crítico ou paratextual. Se também estas faltam na BPMP, tal já não sucede no caso das *Tusculanae* impressas em 1593 e 1595<sup>22</sup>. Ao facto talvez não seja alheia a importância que alcançou o tratado ciceroniano a que Margolin chamou «guide spirituel de la Renaissance». Foram as *Tusculanas* tidas em grande conta por Niccolò Perotti, Erasmo, Johann Camerarius, e tal apreço perdura entre os jesuítas, em Tomé Correia e até em autores como Frei Amador Arrais.

Já de outro tipo de antologias produzidas no âmbito jesuítico parece estar bem fornida a BPMP: conservam-se todas as *Siluae* dadas à estampa em Lisboa, em 1587, 1588, 1593 e 1594; estas selectas, organizadas segundo o critério da erudição e elegância, recolhem trechos de Plauto, Terêncio, Tito Lívio, Cícero, Séneca, Ovídio, Plínio, Estácio e Juvenal<sup>23</sup>.

Ora, muito contrasta este panorama com a riqueza do núcleo de literatura novilatina. Na BPMP podemos ler grande parte das obras dos pedagogos, poetas e prosadores humanistas editadas em Portugal: os *Poemata* de Cataldo, a *Antimoria* e os *Epigramata* de Aires Barbosa, as *Institutiones Grammaticae latinae* de Clenardo, o *Enquiridion* e o *De copia uerborum & rerum* de Erasmo, o *Cõmentarius de rebus in India apud Dium gestis* de Diogo de Teive, o *De patientia christiana* de Jorge Coelho, o *De nuptijs* de Manuel da Costa, os *Problemata* de

<sup>22</sup> Vd. nº 78-79 da *Tipografia Portuguesa do séc. XVI nas colecções da BPMP*, op. cit., pp. 94-95.

<sup>23</sup> Vd. nº 396-398 da *Tipografia Portuguesa do séc. XVI nas colecções da BPMP*, op. cit., pp. 232-233.

António Luís, de Jerónimo Cardoso o *Libellus*, de Jerónimo Osório os tratados *De gloria* e *De regis institutione et disciplina*, de Lopo Serrão o *De senectute*, de Duarte de Sande o *De missione Legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam dialogus*. E, além destes e de outros textos novilatinos, possui ainda a BPMP uma notável colecção de *orationes*, um discurso deliberativo, duas *laudationes* fúnebres, várias orações epidícticas, ou seja, os discursos de D. Garcia de Meneses, Arnold Fabrice, Belchior Beliago, Pedro Fernandes, Jerónimo Cardoso, Inácio de Morais, André de Resende, Hilário Moreira, António Pinto.

Como explicar esta incongruência? Como entender a diminuta presença das já de si raras edições nacionais dos clássicos greco-latinos, perante a grande cópia de textos humanísticos de tipografia portuguesa? A esta aparente contradição, talvez não seja estranha a origem do núcleo fundamental do fundo antigo da BPMP. Por isso, para uma tentativa de interpretação destas observações, passo agora aos *livros raros*, esperando que assim se faça alguma luz sobre as *raras edições*.

De facto, o espólio quinhentista da BPMP oferece outras vias de acesso aos autores clássicos. Não me vou ocupar da edição do *Organon* preparada por Grouchy, nem da circulação de textos de Aristóteles e, muito menos, dos *Commentarii* dos Conimbricenses. Deixo de lado também a gramaticografia e a lexicografia, embora não devessem ser descuradas, pois o fundo comum destas tecnografias é consabidamente de matriz greco-latina; permito-me apenas notar a existência de um valioso espécime do *Onomastikon* de Júlio Pólux editado em Basileia, *apud Simonem Grynaeum*, em 1536 (BPMP, I-2-2). Quanto ao manancial de textos e doutrinas dos antigos que a literatura enciclopédica e a tratadística retórica disponibilizava, lembro só o contributo que deu a *Rhetorica Ecclesiastica* de Frei Luís de Granada (Lisboa, António Ribeiro, 1576) para a propagação das *ideias* de Hermógenes e quanto o *De Arte Rhetorica* de Cipriano Soares (Coimbra, João de Barreira, 1562) concorreu para o conhecimento directo das fontes gregas e latinas; o compêndio do P. Soares, de que existem aqui vários exemplares, limita-se, por assim dizer, a pôr em ordem de batalha as doutrinas de Aristóteles, Cícero e Quintiliano.

É sobretudo entre os títulos remanescentes da livraria de Santa Cruz de Coimbra, que deparamos com um núcleo significativo de clássicos gregos e latinos. Alguns desses livros editados pelos principais impressores europeus, pelo seu valor cultural ou pela sua raridade, merecem ser estimados.

No século XV a edição de textos gregos era tecnicamente difícil. Os manuscritos gregos não estavam acessíveis; poucos impressores possuíam tipos

gregos; a fraca legibilidade das fontes, próximas do cursivo dos exilados bizantinos, complicava a leitura. Por outro lado, e não menos importante, o número reduzido de leitores do grego tornava qualquer iniciativa editorial, em termos económicos, uma operação de risco<sup>24</sup>. Só um editor qualificado e de recursos abundantes poderia cometer tal empresa. Com efeito, foi Aldo Manuzio quem entre 1495-1498 ousou preparar a primeira colecção das obras de Aristóteles, mas nelas não incluiu nem a *Poética* nem a *Retórica*. Editá-las-á em 1508 nos *Rhetores graeci*, volume que, apesar da tiragem modesta, conheceu algum êxito, pois em 1515 Aldo completa a colecção com as *Rhetorum Graecorum Orationes*.

Ora, daquela edição aldina de 1508 há um exemplar na BPMP (I-11-2). De grande valor me parece este espécime que foi dos frades crúzios de Coimbra, pois faculta na língua original praticamente todas as fontes da retórica greco-bizantina: além do tratado de Aristóteles, oferece a *Retórica a Alexandre*, os *progymnasmata* de Aftónio, as obras de Hermógenes, Dionísio de Halicarnasso e Demétrio de Faléron, os opúsculos dos sofistas Sopater, Ciro, Alexandre, Menandro, Aristides e Apsines. Dos *Rhetores Graeci* Paul Brandes registou a existência de dezassete exemplares em bibliotecas europeias e americanas, mas não refere o volume conservado no Porto<sup>25</sup>. A edição aldina de 1508 marca a fortuna da *Retórica* de Aristóteles nas quatro décadas seguintes e foi certamente um dos factores que contribuíram para que se intensificasse, também em Portugal, a atenção ao tratado aristotélico. O trabalho de restituição crítica, no entanto, só avançará em 1548 com a publicação dos *Commentarii* de Pietro Vettori, obra que ainda hoje não pode ser dispensada pelos estudiosos da retórica aristotélica. Precisamente, dessa edição dos *Commentarii in tres libros Aristotelis de arte dicendi* existe na BPMP (L-13-69) uma espécie também proveniente do Mosteiro de Santa Cruz. E a mesma origem coimbrã tem outro volume com os *Commentarii* de Vettori ao

<sup>24</sup> Antes de 1494 terão sido impressos no máximo uns doze livros em grego. Embora as edições aldinas de Aristóteles tivessem qualidade, todavia eram livros caros e não se vendiam rapidamente. No catálogo de 1498 cinco volumes custavam onze ducados, quando um humanista bem pago recebia no máximo 150 ducados por ano; por isso, em 1527, ainda Erasmo pôde encomendar um Aristóteles grego ao mesmo preço. Como imprimir textos gregos era investimento arriscado, em 1495 Aldo solicita ao Senado veneziano o exclusivo da sua publicação, vd. M. LOWRY, *The World of Aldus Manutius, Business and Scholarship in Renaissance Venice*, Blackwell, Oxford 1979; L. JARDINE, *Worldly Goods*, Papermac, London 1997.

<sup>25</sup> Vd. P. BRANDES, *A History of Aristotle's Rhetoric with a Bibliography of Early Printings*, Scarecrow Press, Metuchen (NJ) 1989, p. 94.

*De elocutione* de Demétrio de Faléron, escólios publicados em Florença em 1562 (L-13-67).

Quanto a Cícero, os melhores trabalhos filológicos também aqui se encontram muito bem representados. A título ilustrativo, refiro somente o exemplar dos *In omnes de arte rhetorica M. Tullii Ciceronis libros commentaria*, publicados em Veneza por Paolo Manuzio em 1551 (K-13-33); além do texto da *Ad Herennium* e de todos os tratados retóricos ciceronianos, traz este volume comentários de humanistas renomados em que se incluem autores suspeitos como Melanchthon e Hegendórfino (o expurgador limitou-se a rasurar-lhes os nomes). Não faltam os escoliastas mais autorizados da oratória do Arpinate, Mário Vitorino, Ascónio Pediano, Jorge de Trebizonda (Veneza, apud Aldi filios, 1547, BPMP, I-8-12), nem as *Observationes in M. T. Ciceronem*, o célebre dicionário ciceroniano de Mario Nizolio na edição de Lyon, apud Antonium Vincentium, 1552 (BPMP, K-14-21). Menção especial merecem as edições ciceronianas de Aquiles Estaço; do mais categorizado filólogo português do século XVI por vezes ainda se escreve que teve escassa repercussão em Portugal, por ter vivido e publicado fora do país ou por os seus títulos pouco representarem no nosso património bibliográfico. Ora bem, ao número nada despreciando de exemplares conhecidos, há que acrescentar as *Castigationes ac explanationes in Topica M. Tullii Ciceronis* (Lovaina, impensis uiduae Arnoldi Birckmanni, 1552: BPMP, I - 6 - 25), os *Commentarii in librum Ciceronis de Fato* (Lovaina, ex officina Seruatii Sasseni, 1551: BPMP, I. 6. 25) e os *Commentarii* ao *De optimo genere oratorum* (Lovaina, excudebat Seruatius Sassenus, 1552: BPMP, I-6-25). Destas três obras de Aquiles Estaço existem exemplares na BPMP; têm passado despercebidos porque estão indevidamente catalogados como obras de Cícero.

Concluindo com o terceiro dos grandes retores clássicos, valerá a pena assinalar antes de mais a existência de um incunábulo da *Institutio Oratoria*, da edição de Lignamine, concorrente da *editio princeps* produzida por Giannantonio Campano, também em Roma, em 1470. Para a história da leitura humanista de Quintiliano afigura-se de algum valor um outro exemplar que se guarda na BPMP: as *M. F. Quintiliani Institutiones Oratoriae eiusdem declamationes* saídas dos prelos parisienses de Badius Ascensius em 1536 (BPMP, K-13-39). Aqui, ao texto da *Institutio*, seguem-se os comentários de Mosellanus com portada de 1535. Abundam as notas manuscritas no proémio, em todo o livro I, no livro II a partir do cap. XIV, no livro III do cap. VIII (*De Suasoria seu Deliberatiua, et Prosopopeia*) até final, no proémio e no cap. I do livro VI, no livro VIII do proémio ao cap. III (*De ornatu*), no cap. IV (*De Amplificatione*) e, sobretudo, no cap. VI (*De*

*tropis*), no livro IX nos caps. III (*De figuris uerborum*) e IV (*De Compositione*), por fim, ao longo de todo o livro XII. Não há notas marginais nos livros IV e V, no livro VII e nos livros X e XI. Em geral, além de identificar muitas citações, estas notas remetem para passos paralelos de Cícero, Aristóteles e Platão. Mas não faltam também remissões para autores modernos, sobretudo para Erasmo e Rodolfo Agrícola, mais um sinal, talvez, do profundo influxo que o humanismo do Norte exerceu entre nós no segundo quartel de Quinhentos. Muitas outras obras marcantes do humanismo filológico e retórico podem ser encontradas na BPMP, na sua maioria em edições deste período. Talvez não seja absurdo explicar a ausência de não poucos clássicos de tipografia portuguesa pela superabundância de excelentes edições estrangeiras.